



## PREFEITURA DE HORIZONTE

### MENSAGEM Nº 026/2019

Senhor Presidente,  
Senhores(as) Vereadores,

Submeto à apreciação de Vossas Excelências o Projeto de Lei incluso que **INSTITUI O PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS, PARQUES, ÁREAS PÚBLICAS DE CARÁTER ESPORTIVO OU RECREATIVO E ÁREAS VERDES, ESTABELECE SEUS OBJETIVOS E PROCESSOS, SUAS ESPÉCIES E LIMITAÇÕES DAS RESPONSABILIDADES E DOS BENEFÍCIOS DOS ADOTANTES**, fazendo acompanhá-lo da seguinte:

#### JUSTIFICATIVA

O Programa Adote uma Praça permite que empresas privadas, instituições ou entidades não governamentais assumam a responsabilidade de urbanizar e manter áreas públicas deste município e em perfeitas condições de uso para a comunidade.

Em contrapartida, permite-se a veiculação de publicidade no local da parceria, além de valorização da marca da empresa, contribui-se para o embelezamento da cidade e dos bairros, além do incremento da qualidade de vida.

As parcerias auxiliam na criação de uma consciência ecológica, a partir da responsabilidade com a manutenção do espaço.

A ideia é que a população aproveite da melhor forma, em suas horas de lazer, as belezas e condições destes espaços públicos, o que reflete o compromisso social da instituição com a cidade onde está instalada, incluindo a associação da marca à atitude de preservação ambiental, retribuindo o consumo feito por seus clientes ou o uso de seus serviços, e colaborando para que a administração municipal contenha gastos.

Na certeza de contar com a indispensável colaboração de **Vossa Excelência** e de seus ilustre pares na aprovação do Projeto de Lei em **Regime de Urgência**, reitero, ao ensejo, a essa respeitável **Casa do Povo**, protestos de respeito e consideração.



PAÇO DA PREFEITURA DE HORIZONTE, aos 15 de abril de 2019.

  
**Francisco César de Sousa**  
Prefeito de Horizonte

Exmo. Sr.  
**Ver. Antônio Carlos Gomes**  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Horizonte.  
**Nesta**

  
**Renato Monteiro Cardoso**  
PROCURADOR GERAL  
DO MUNICÍPIO DE HORIZONTE  
CAB. CE 19318







## PREFEITURA DE HORIZONTE

PROJETO DE LEI Nº 040, DE 15 DE ABRIL DE 2019.

RECEBIDO EM:

20/04/2019

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE

Francisco César de Sousa

ASSESSOR PARLAMENTAR

CÂMARA MUNICIPAL DE HORIZONTE

INSTITUI O PROGRAMA DE ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS, PARQUES, ÁREAS PÚBLICAS DE CARÁTER ESPORTIVO OU RECREATIVO E ÁREAS VERDES, ESTABELECE SEUS OBJETIVOS E PROCESSOS, SUAS ESPÉCIES E LIMITAÇÕES DAS RESPONSABILIDADES E DOS BENEFÍCIOS DOS ADOTANTES.

**O PREFEITO DE HORIZONTE**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei  
Faz saber que está Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Adoção de Praças Públicas, Parques, Áreas Públicas de Caráter Esportivo ou Recreativo e Áreas Verdes, no âmbito do Município de Horizonte, que entre outros, possui os seguintes objetivos:

- I - promover a participação da sociedade civil organizada e das pessoas jurídicas na urbanização, nos cuidados e na manutenção de espaços públicos, como praças, parques, áreas verdes do Município de Horizonte, em conjunto com o Poder Público Municipal;
- II - levar a população a conscientização de que a preservação dos espaços públicos de que trata esta Lei passa pela colaboração da sociedade ao Poder Público Municipal;
- III - incentivar o uso dos espaços públicos de que trata esta Lei pela população, por associações desportivas, de lazer e culturais da área de abrangência das mesmas;
- IV - propiciar que grupos organizados da população elaborem projetos de utilização das praças públicas, áreas públicas de caráter esportivo e áreas verdes que atinjam as diversas faixas etárias e necessidades especiais da população.

### DO PROCESSO DE ADOÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

**Art. 2º** Podem participar do Programa quaisquer entidades da sociedade civil, associações de moradores, sociedade amigos de bairro e pessoas físicas e jurídicas legalmente constituídas do Município de Horizonte.

**Parágrafo Único.** Ficam excluídas da participação as pessoas jurídicas relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei.

**Art. 3º** Para participação no Programa será necessária a assinatura de convênio entre a entidade que vai assumir a adoção e o Poder Público Municipal.

**Art. 4º** Para dar início ao processo de adoção com vistas a assinatura do termo de acordo referido no Art. 3º, a entidade ou a pessoa jurídica, interessada em adotar determinada área pública objeto desta Lei deve dar entrada a proposta de adoção, anexando o necessário projeto a ser desenvolvido.





## PREFEITURA DE HORIZONTE

§ 1º Havendo interesse e possibilidade jurídica da adoção do espaço público, o Município tomará providências para publicar no átrio da Prefeitura Municipal de Horizonte, bem como de forma complementar sítio eletrônico oficial do Município, edital destinado a dar conhecimento público da proposta, contendo o nome do proponente e o local, abrindo o prazo de 10 (dez) dias consecutivos, contados da publicação, para que outros interessados na mesma área manifestem seu interesse, mediante apresentação de carta de intenção.

§ 2º Havendo mais de um interessado, verificar-se-á a possibilidade de atuação conjunta dos interessados na adoção do espaço público.

§ 3º Não sendo possível a adoção da medida prevista no parágrafo anterior, proceder-se-á a abertura de procedimento licitatório.

§ 4º Será disponibilizada no sítio eletrônico do Município, listagem sugestiva de espaços disponíveis para adoção.

### DAS ESPECIES E LIMITAÇÕES DA ADOÇÃO

**Art. 5º** A adoção de uma praça pública, de esportes ou área verde pode se destinar:

I - urbanização e/ou conservação e/ou manutenção do espaço público adotado (praça pública ou área verde) de acordo com projeto elaborado ou aprovado pelo Município;

II - construção e/ou conservação e/ou manutenção de parque ou área pública de caráter recreativo de acordo com projeto elaborado ou aprovado pelo Município;

III - construção e/ou conservação e/ou manutenção de área pública de caráter esportivo de acordo com projeto elaborado ou aprovado pelo Município;

**Art. 6º** Caberá ao Poder Executivo Municipal:

I - a elaboração dos projetos de urbanização e construção das praças públicas, parques, áreas públicas de caráter esportivo ou recreativo e áreas verdes que venham a ser adotadas;

II - a aprovação dos projetos de urbanização de construção das praças públicas, parques, áreas públicas de caráter esportivo ou recreativo e áreas verdes que sejam elaborados fora dos Órgãos do Executivo Municipal em função do convênio estabelecido;

III - a fiscalização das obras e do cumprimento do convênio estabelecido.

**Art. 7º** A adoção dos espaços públicos de que trata esta Lei se opera sem prejuízo das atribuições administrativas do Poder Executivo Municipal.

### DAS RESPONSABILIDADES

**Art. 8º** Caberá a entidade ou pessoa jurídica adotante a responsabilidade:

I - pela execução dos projetos elaborados pelo Poder Executivo Municipal, com verba pessoal e material próprios;

II - pela preservação e manutenção, conforme estabelecidos no convênio e no projeto apresentado;

  
Francisco César de Sousa  
Prefeito de Horizonte





## PREFEITURA DE HORIZONTE

III - pelo desenvolvimento dos programas que digam respeito ao uso do espaço público, conforme estabelecidos no projeto apresentado.

**Art. 9º** As entidades e pessoas jurídicas, que objetivem participar do Programa dever zelar pelo cumprimento da proposta constante no projeto apresentado, sob pena de extinção do convênio.

### DOS BENEFÍCIOS PELA ADOÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS, DE ESPORTE E ÁREAS VERDES

**Art. 10.** A entidade ou pessoa jurídica adotante ficará autorizada, após a assinatura do convênio, a afixar, na área adotada, urna ou mais placas padronizadas alusivas ao processo de colaboração com o Poder Executivo Municipal, bem como o objetivo da adoção, conforme modelo a ser estabelecido no decreto regulamentador.

Parágrafo Único. O ônus com relação a elaboração e colocação das placas será de inteira responsabilidade do adotante observados os critérios estabelecidos pela legislação.

**Art. 11.** Caso a entidade adotante se trate de sociedade civil sem fins lucrativos, poderá a mesma usar dos espaços adotados para fins de publicidade a fim de arrecadar fundos para a consecução dos objetivos estabelecidos no convênio.

§ 1º Ficam excluídas da licença outorgada neste artigo publicidades relacionadas a cigarros e bebidas alcoólicas, bem como outras que possam ser consideradas impróprias aos objetivos propostos nesta lei.

§ 2º Pela utilização e exploração dos meios de publicidade e propaganda previstas nos Artigos 10 e 11 da presente Lei, ficam as entidades ou empresas privadas conveniadas isentas do pagamento das respectivas taxas de licença para publicidade estabelecidas nas legislações vigentes.

**Art. 12.** O convênio de adoção em momento algum deverá conceder qualquer tipo de uso a entidade adotante a não ser aqueles estabelecidos nesta Lei, principalmente no que diz respeito consenso de uso ou permissão de uso.

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 13.** Para a aplicação das disposições constantes nesta Lei, o Poder Executivo Municipal poderá regulamentar por Decreto.

**Art. 14.** Em hipótese nenhuma o permissionário poderá explorar qualquer tipo de comércio nos espaços autorizados.

**Art. 15.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

PAÇO DA PREFEITURA DE HORIZONTE, aos 15 de abril de 2019.

  
**FRANCISCO CÉSAR DE SOUSA**  
Prefeito Municipal

  
**Renato Monteiro Cardozo**  
PROCURADOR GERAL  
DA PREFEITURA DE HORIZONTE  
OAB-CE 19818